

Análise do Desempenho Econômico em Propriedades Rurais de um Assentamento da Reforma Agrária em Nova Andradina

Analysis of Economic Performance on Rural Properties in an Agrarian Reform Settlement in Nova Andradina

Alcir Barros Junior¹, Silvana Dalmutt Kruger^{2*}, Luciano Lucio Bezerra Farias³, Fernanda Évilin de Jesus Fortunato Lima⁴, Vítor Cardoso da Silveira⁵

^{1,2*,3,4,5} [Universidade Federal de Mato Grosso do Sul \(UFMS\) – Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil](#)

¹ alcirbarros9@gmail.com ^{2*} silvana.d@ufms.br ³ luciano.farias@ufms.br ⁴ fernanda.fortunato@ufms.br ⁵ vitor.silveira@ufms.br

*Autor Correspondente: Kruger, S.D.

RESUMO: Este estudo teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul (MS). A pesquisa é classificada como descritiva, de abordagem mista com análise documental e utilização de dados de 118 produtores rurais, coletados a partir das declarações de rebanho e informações econômico-financeiras extraídas de notas fiscais de venda. A investigação considerou as receitas, os custos operacionais e os tributos pagos e, a partir dessas informações, identificou-se o resultado anual médio geral e mensal das propriedades rurais da amostra. Os resultados evidenciaram disparidades entre os produtores quanto ao volume de certificações, rendimentos e grau de formalização. A movimentação da receita em 2024 totalizou R\$ 5.805.704,23, sendo que o resultado médio anual por produtor foi de R\$ 22.194,52. Identificou-se o total de 7.027 animais. Nenhuma propriedade rural possui mão de obra de terceiros, apenas mão de obra familiar. A análise evidencia a importância econômica e social desse conjunto de produtores, na geração de renda e na produção de alimentos. De forma geral, destaca-se que o desempenho econômico das propriedades rurais gera impactos sociais e depende da integração entre práticas produtivas, apoio técnico e políticas públicas de apoio às realidades locais.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; Assentamento rural; Desempenho econômico.

ABSTRACT: This study aimed to assess the economic performance of rural holdings within the Teijin Settlement Project, located in the municipality of Nova Andradina, Mato Grosso do Sul (MS). The research is classified as descriptive and employs a mixed-methods approach, involving document analysis and data from 118 rural producers collected via livestock declarations and economic-financial information extracted from sales invoices. The investigation accounted for revenues, operating costs, and taxes paid; based on this data, the average annual and monthly results for the sampled rurais holdings were determined. The findings revealed disparities among producers regarding the number of certifications, income levels, and the degree of formalization. Total revenue for 2024 amounted to R\$ 5,805,704.23, with an average annual result of R\$ 22,194.52 per producer. A total of 7,027 animals were recorded. None of the rurais holdings employed hired

labor; they relied exclusively on family labor. The analysis highlights the economic and social importance of this group of producers in terms of income generation and food production. Overall, the study underscores that the economic performance of these rurais holdings generates social impacts and depends on the integration of production practices, technical support, and public policies tailored to local realities.

KEYWORDS: Family farming; Rural settlement; Economic performance.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio refere-se ao intrincado complexo que se desenvolve em colaboração entre agentes produtivos, fornecimento, matérias-primas, fatores de produção, poder público, dentre outros (Teixeira *et al.*, 2025) e, embora vinculado ao sustento familiar, este tem exercido uma relevante função na geração de riquezas, inclusive em países com maior grau de desenvolvimento econômico-social (Quesado; Silva; Rua, 2018).

A nível mundial, os pequenos produtores rurais são responsáveis por uma porcentagem expressiva da atividade de produção de alimentos primários e sua influência afeta consideravelmente regiões e comunidades locais (Lizot; Trojan; Afonso, 2021), dado corroborado por Silva *et al.* (2022), ao afirmarem que, a nível de Brasil, a agricultura familiar constitui a principal fonte de suprimentos alimentares básicos destinados a consumo das populações, fornecendo tanto as menores localidades quanto as maiores cidades do país e, assim, desempenha uma função de expressiva relevância na economia nacional.

Sobre esse assunto, Dettmer e Silva (2015) destacam que a agricultura familiar ocupa uma diminuta porção da extensão territorial nacional, contudo, responde pela maior parcela da produção de alimentos. Nessa conjuntura, oferecer suporte à agricultura familiar pode ser uma abordagem com potencial para impulsionar a economia de diversas cidades brasileiras, auxiliando na diminuição das disparidades sociais em regiões com predominância rural e que passam por ausência de crescimento econômico (Teixeira *et al.*, 2025).

Em essência, a produção rural se diferencia de outros setores econômicos devido à ocorrência de múltiplos fatores não controláveis que tornam complexa a tarefa de planejar os processos produtivos, como eventos naturais e ambientais, por exemplo (Quesado *et al.*, 2018). Kruger, Cecchin e Mores (2020) afirmam que, no ambiente rural, predominam os trabalhos executados mediante o emprego de recursos humanos familiares, com uma média de 85% dos estabelecimentos rurais recorrendo a essa mão de obra. Além disso, no contexto da agricultura familiar há uma escassez de informações de natureza técnica, financeira e econômica para mensurar o desempenho, isto é, agricultores de base familiar raramente adotam indicadores financeiros e/ou contábeis que evidenciem a evolução de seu empreendimento (Queiroz *et al.*, 2024).

Devido a isso, a administração dos custos das atividades operacionais é essencial para qualquer tipo de organização (Zanin *et al.*, 2014; Assis Neto; Robles Junior, 2019). Assim, as organizações devem ponderar as informações produzidas pela contabilidade no momento de tomar decisões (Zanin *et al.*, 2014). O produtor rural possui na contabilidade um valioso instrumento para o gerenciamento empresarial, mecanismo que permite ao agronegócio mensurar o desempenho das operações realizadas (Zanin *et al.*, 2014) e, conforme Kruger, Silva, Mores e Petri (2018), em tempos recentes, os agentes produtivos do meio rural têm demonstrado maior preocupação com a gestão e em manter as operações realizadas nas propriedades rurais de forma contínua.

A crescente preocupação global acerca da sustentabilidade tem impulsionado diversas iniciativas voltadas à avaliação e ao aprimoramento dos sistemas produtivos, especialmente no setor agropecuário (Herrero *et al.*, 2021; Zanin; Camargo; Kruger, 2023). Entre os principais desafios das externalidades negativas da produção rural estão a conservação do solo, a mitigação das mudanças climáticas, a promoção de boas práticas agropecuárias, incluindo aspectos do processo de sucessão familiar rural (Foguesatto *et al.*, 2020; Kruger; Link, 2023). Ademais, Herrero *et al.* (2021) argumentam que a busca por práticas agrícolas mais sustentáveis surge como resposta aos impactos ambientais, sociais e econômicos decorrentes da exploração intensiva dos recursos naturais.

O município de Nova Andradina, localizado no estado de Mato Grosso do Sul, destaca-se pela forte atuação no setor agropecuário, especialmente na pecuária de corte (PMNA, 2025). O Programa Precoce, desenvolvido pelo Estado de Mato Grosso do Sul, é um exemplo de incentivo para que pecuaristas adotem práticas sustentáveis de produção (SEMADESC, 2024). A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2018) também tem promovido estratégias para mitigar os impactos socioambientais da pecuária, com base nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entretanto, a adoção de práticas sustentáveis no agronegócio ainda enfrenta desafios, exigindo a implementação de indicadores que permitam avaliar o impacto ambiental, a viabilidade econômica e os aspectos sociais das atividades rurais, especialmente para reconhecer as externalidades negativas e as possibilidades de melhorias (Cardoso *et al.*, 2020; Pedrosa *et al.*, 2021; Kruger *et al.*, 2021).

Diante desse cenário, emerge a seguinte questão norteadora: Quais as principais características do desempenho econômico nas propriedades rurais de Nova Andradina? Dessa forma, o estudo objetiva identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina (MS).

Do ponto de vista acadêmico, justifica-se a pesquisa pela necessidade de fortalecer modelos de gestão sustentável na agropecuária, contribuindo para o

equilíbrio entre a análise da viabilidade econômica e a responsabilidade socioambiental. Segundo Domenico *et al.* (2017) e Kruger e Link (2023), o uso de instrumentos de avaliação, como os indicadores de sustentabilidade, permite diagnosticar com maior precisão as fragilidades e potencialidades do sistema produtivo, reconhecendo as externalidades negativas do processo produtivo rural, favorecendo o planejamento de ações corretivas e a melhoria contínua das práticas adotadas.

Do ponto de vista empírico, destaca-se a relevância econômica das propriedades rurais na geração de renda e subsistência das famílias. Lopes *et al.* (2025) destacam que a diversidade de atividades agropecuárias praticadas por pequenos produtores rurais é uma característica relevante da importância destes estabelecimentos para a economia nacional e a segurança alimentar. Segundo Kruger *et al.* (2021), o desafio da sustentabilidade está em alinhar o crescimento das atividades econômicas com a conservação dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram estabelecidos pela ONU em 2015 como parte da Agenda 2030, visando erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover prosperidade para todos, de modo que são 17 objetivos integrados que abordam de forma equilibrada as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável, conforme destaca a Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). Dentre os objetivos, destaca-se o ODS 2 “Fome Zero e Agricultura Sustentável”, que propõe acabar com a fome, garantir segurança alimentar e promover a agricultura sustentável. Neste aspecto, destaca-se a importância de sistemas alimentares resilientes, acesso equitativo a alimentos nutritivos e apoio aos pequenos produtores, especialmente mulheres, povos indígenas e agricultores familiares (ONU, 2015).

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 AGRONEGÓCIO E PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

A atividade rural figura entre as práticas mais antigas e possui significativa relevância nas mais diversas economias globais (Quesado *et al.*, 2018). No decorrer da era colonial brasileira, com o enfraquecimento da exploração do pau-brasil, as atividades agropecuárias eram fortemente caracterizadas por culturas de exportação, com destaque para o açúcar (Assis *et al.*, 2021). No contexto brasileiro, a produção agropecuária divide-se, em geral, entre a agricultura empresarial (agronegócio) e a agricultura familiar, todavia, ambas devem ser tratadas como modelos empresariais (Souza; Madalon, 2025).

O Brasil figura entre os principais agentes globais no contexto do agronegócio, tanto em termos de produção quanto de exportação (Lopes; Costa, 2024), evoluindo nos últimos quarenta anos da condição de importador para a posição internacional de referência na oferta de produtos alimentícios (Vieira Filho; Ferreira, 2025).

Ademais, o desempenho econômico nacional é profundamente influenciado pelos níveis de desempenho do agronegócio (Lizot *et al.*, 2018; Assis Neto; Robles Junior, 2019; Woiski; Kulak; Morozini, 2022; Requia; Hollveg; Zonatto, 2023), perfazendo desde as etapas primárias de produção no campo às operações de exportação (Requia *et al.*, 2023), evidenciando a relevância do setor para as finanças do país, contribuindo positivamente para o saldo da balança comercial (Vieira Filho, Ferreira, 2025).

De acordo com Kruger *et al.* (2020), o agronegócio nacional representa um volume expressivo do Produto Interno Bruto (PIB), contribui com a geração de renda e empregos, ao passo que sustenta no campo uma grande quantidade de famílias. Além disso, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), divulgados por meio da segunda edição do seu Atlas do Espaço Rural Brasileiro, com base nos dados do Censo Agropecuário realizado em 2017, 76,8% dos estabelecimentos rurais brasileiros são ligados à agricultura familiar, porém correspondem a apenas 23% de toda a área utilizada nas atividades do agronegócio.

Nesse contexto, predomina entre os pequenos estabelecimentos rurais uma escassez de avanços técnicos e aperfeiçoamentos em variados setores (Woiski *et al.*, 2022). Essa visão é reforçada pela pesquisa de Lopes e Costa (2024) ao afirmarem que a ausência de controles gerenciais e meios adequados de planejamento prevalece entre as propriedades rurais. Segundo esses autores, isso ocorre devido aos produtores rurais desconhecerem a importância da contabilidade voltada ao agronegócio, ferramenta estratégica para a sustentabilidade econômica da atividade ao contribuir com maiores níveis de lucratividade.

À medida que as tecnologias avançam, os arranjos produtivos do agronegócio também evoluem e demandam maior grau de habilidades e sofisticções técnicas, econômicas e de gestão (Requia *et al.*, 2023). Nesse cenário, o gerenciamento dos custos é peça primordial para análises de investimentos, assim como para a adequada administração das organizações inseridas no contexto do agronegócio (Zambon; Bee, 2016).

Em uma visão ampla, a contabilidade objetiva produzir dados informacionais relacionados ao patrimônio, às finanças e à economia para apoiar as organizações em suas decisões (Zambon; Bee, 2016; Assis *et al.*, 2021); no entanto, nem todas as organizações fazem uso desse instrumento de gestão e, em razão disso, deixam de se beneficiar das suas vantagens (Assis Neto; Robles Junior, 2019). Por sua vez, a

contabilidade rural é direcionada ao gerenciamento dos custos, ao controle e à administração das operações produtivas, à definição de preços, bem como ao oferecimento de suporte ao processo decisório (Lopes; Costa, 2024).

Assim, a contabilidade se mostra um instrumento vital ao desempenho do agronegócio, em virtude de propiciar dados imprescindíveis sobre a situação da empresa (Assis et al., 2021) e, nesse ambiente, a contabilidade rural busca direcionar e apoiar o gerenciamento dos estabelecimentos rurais (Kruger et al., 2020). Segundo Lopes e Costa (2024), isso proporciona aos produtores a maximização dos retornos financeiros frente à capacidade produtiva, fundamentada em informações confiáveis e consistentes.

2.2 GESTÃO DE CUSTOS

O êxito de uma empresa depende de que seus gestores compreendam os custos envolvidos nas operações e, assim, propiciem ao empreendimento uma administração e execução mais eficientes de suas atividades (Moreira; Melo; Carvalho, 2016). Woiski *et al.* (2022) compartilham de visão semelhante ao afirmarem que toda organização, a despeito do porte, necessita ter controle sobre seus custos e, nos empreendimentos rurais, não poderia ser de outra forma, pois adotar uma cultura de gestão de custos pode ser decisivo para o êxito ou insucesso da empresa. Conforme Teixeira *et al.* (2025), o processo de gestão dos custos é um instrumento que visa quantificar, auxiliar, projetar e gerenciar as atividades operacionais realizadas no ambiente rural, adicionando, além de valor quantitativo, valor qualitativo à organização, mediante informações sistematizadas e fidedignas.

Nas unidades organizacionais de pequeno porte do agronegócio, a práxis de gestão dos custos necessita consideravelmente de aprimoramentos (Lizot *et al.*, 2021). Além do mais, o gerenciamento apropriado dos custos no contexto rural, em especial da agricultura desenvolvida por famílias que vivem no meio rural, mostra-se como fundamental para promover melhorias no contexto econômico do agronegócio (Lizot *et al.*, 2021).

De acordo com Réquia *et al.* (2023), a formulação de planos eficazes e uma gestão apropriada dos gastos são fundamentais para que as atividades ligadas ao agronegócio possam sustentar sua posição competitiva frente à concorrência. Sobre isso, Assis Neto e Robles Júnior (2019) acrescentam que, nesse ambiente concorrencial, a sobrevivência das organizações no mercado se torna ainda mais desafiadora.

A ênfase do gerenciamento dos custos no agronegócio recai sobre utilizar diversas metodologias de custeamento e prover subsídios informacionais minuciosos para um acurado processo de tomada de decisões (Zambon; Bee, 2016; Requia *et al.*,

2023), a ser utilizado pelos administradores mediante avaliações objetivas (Moreira *et al.*, 2016).

O ambiente rural é marcado por um conjunto de especificidades inerentes ao seu sistema produtivo que impactam de forma direta a estrutura de custos (Requia *et al.*, 2023; Zanin *et al.*, 2023). Nessa mesma linha, Galvão, Matos e Gueiber (2019) afirmam que múltiplos elementos atuam no processo de precificação dos produtos provenientes do agronegócio, como o nível de mecanização e os diversos fenômenos naturais, não somente os custos fixos de produção, pois impactam nos níveis de produtividade em função da área utilizada.

Da mesma forma que outros setores da economia, o meio rural precisa aprimorar suas capacidades de análise e seus sistemas de controle, com vistas a otimizar a gestão econômico-financeira (Zanin *et al.*, 2014; Zambon; Bee, 2016). Dessa forma, a contabilidade serve como ferramenta de suporte para o exame dos resultados advindos das operações rurais, bem como das atividades desenvolvidas em agroindústrias (Zanin *et al.*, 2014).

Diante disso, torna-se relevante a mensuração de todos esses fatores para determinação adequada dos valores de venda dos itens produzidos, mediante o emprego de metodologias de custeio mais adequadas consoante as características da atividade econômica (Galvão *et al.*, 2019). Além do mais, a intensificação das exigências dos consumidores aliada à progressiva pressão desencadeada pelas demandas globais, entrelaçada com uma legislação mais restritiva, possui o potencial concomitante de entregar produtos com maior qualidade e, ao mesmo tempo, promover uma diminuição dos preços (Lizot *et al.*, 2021).

Nesse sentido, a contabilidade voltada ao agronegócio configura-se como um diferencial instrumento de gestão, devido às vantagens informacionais que é capaz de produzir, bem como à administração de rendimentos e gastos incorridos relativos a cada uma das operações e unidades de produção (Kruger *et al.*, 2020).

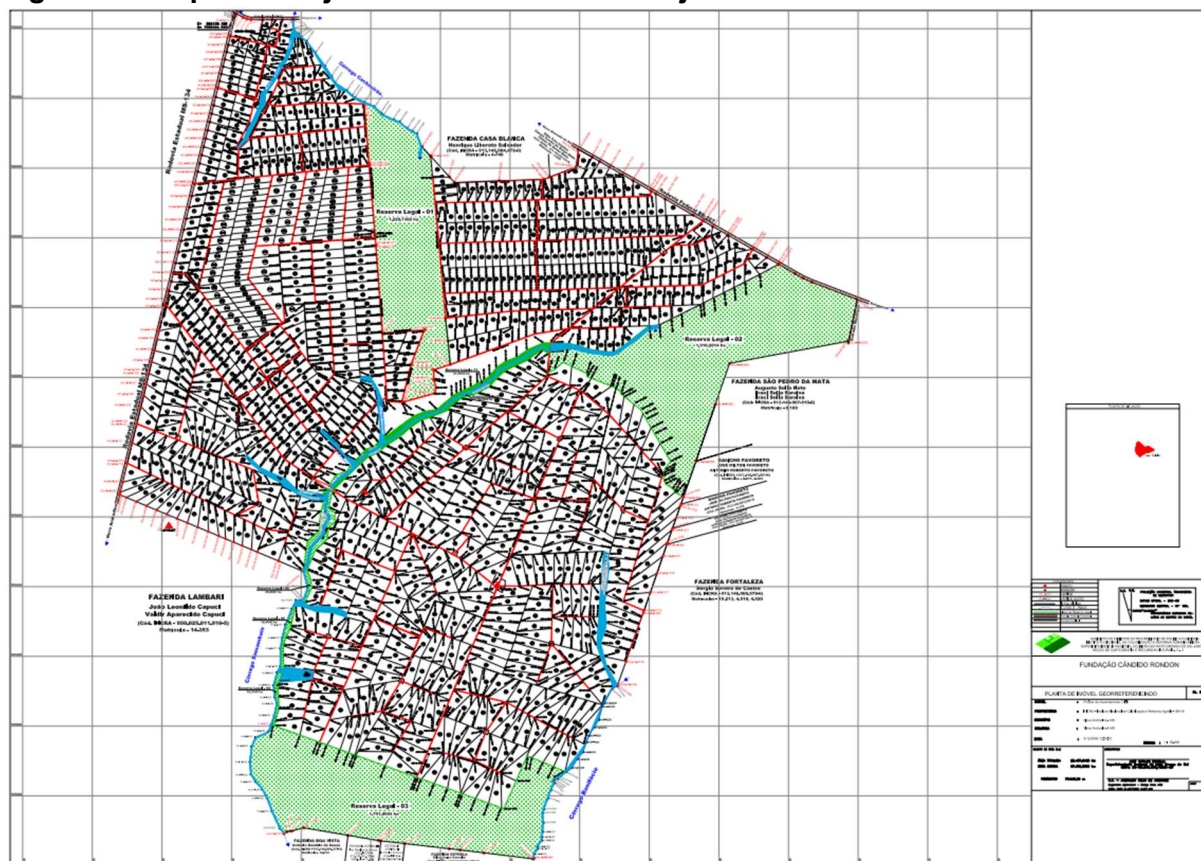
Com isso, no momento em que o produtor rural passar a utilizar as ferramentas gerenciais advindas da contabilidade voltada ao custeamento da produção, passará a dispor de um importante instrumento profissional destinado a subsidiar o processo de tomada de decisão, dessa forma, irá modernizar a gestão da propriedade (Assis Neto; Robles Júnior, 2019).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS. Classifica-se a pesquisa como descritiva, que, segundo Gil (2008), tem como finalidade principal descrever as características de uma população

ou fenômeno específico, podendo também identificar relações entre variáveis, utilizando com frequência técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários e observação sistemática. Na sequência, a Figura 1 apresenta um mapa do Projeto de Assentamento Teijin com a distribuição espacial dos lotes, de modo que é possível constatar a dimensão do assentamento.

Figura 1 – Mapa do Projeto de Assentamento Teijin



Fonte: Observatório da Agricultura Familiar (2026).

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como de análise documental e, quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como mista. A área de estudo utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa foi o Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina, no estado de Mato Grosso do Sul.

O Assentamento foi criado pelo Governo Federal a partir da desapropriação da antiga Fazenda Teijin, que à época pertencia ao grupo japonês Teijin Desenvolvimento Agropecuário Ltda., sociedade de Shigeaki Hayashi (Moreira, 2021). Ainda segundo esse autor, o assentamento possui área total de 28.497,8194 hectares, distribuída em 1.094 lotes, abriga 1.056 famílias e foi instituído por meio da Portaria INCRA nº 23, de 26 de julho de 2002. O local caracteriza-se por intensas trajetórias de luta pela terra e organização coletiva dos trabalhadores rurais, constituindo-se em um território de relevância para a compreensão das dinâmicas socioterritoriais e da reforma agrária no estado (Moreira, 2021).

Foram utilizados dados obtidos a partir dos comprovantes de declaração de rebanho da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul (IAGRO, 2025), documentos de apresentação obrigatória por parte dos produtores rurais do estado, conforme dispõem a Lei Estadual de Defesa Sanitária Animal nº 3.823, de 21 de dezembro de 2009, e a Lei nº 4.518, de 7 de abril de 2014. Essa declaração, exigida semestralmente, contempla informações sobre nascimentos, óbitos e evolução etária de diversas espécies animais, como bovinos, bubalinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos, aves e outros. Com base nesses dados oficiais, foi realizada uma análise econômica para a obtenção do desempenho econômico das propriedades analisadas.

A coleta de dados utilizou comprovantes de declarações de rebanho de 118 produtores do Projeto de Assentamento Teijin. Para análise dos dados, foram utilizadas tabelas do software Excel, tendo a possibilidade de identificar a receita, os impostos e os custos operacionais das atividades. No processo de coleta dos dados, foram utilizadas duas datas, em que a declaração de rebanho ocorreu entre 01 de maio de 2025 e 31 de maio de 2025; já os valores econômico-financeiros foram referentes ao ano-calendário 2024, entre 01 de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024.

Após a coleta das informações junto à amostra de 118 produtores rurais do Projeto Assentamento Teijin, observou-se a composição da certificação ambiental, dos quais possuem animais certificados conforme os critérios estabelecidos pelo IAGRO (2025). Ao todo, foram contabilizados 7.027 animais certificados, distribuídos entre as seguintes espécies: 4.737 bovinos, 260 suínos, 174 ovinos, 1.793 aves (galinhas) e 63 equinos.

Para a análise de dados, foram calculadas medidas estatísticas descritivas, como média, valor mínimo, valor máximo e desvio padrão. Foram analisados, diante dos dados, a receita bruta e líquida média dos produtores, como o valor mínimo, o valor máximo, os custos operacionais e o resultado anual e mensal de cada propriedade.

Após a análise do desempenho econômico, foram observados alguns indicadores para identificar aspectos de sustentabilidade das entidades rurais da amostra e verificar sua relação com os ODS, conforme a Agenda 2030 (ONU, 2015). Os indicadores de sustentabilidade foram organizados sob a ótica das dimensões ambiental, econômico-financeira e social. Na dimensão ambiental utilizou-se o percentual de unidades produtivas certificadas quanto à saúde e bem-estar, na dimensão econômico-financeira foram utilizados os indicadores relacionados aos pagamentos ao governo, à receita gerada e aos custos operacionais da atividade e quanto à dimensão social, observou-se a geração da renda familiar e de empregos disponibilizados pela atividade rural. Os resultados e a avaliação dos dados obtidos foram estruturados em planilhas do software Excel e serão apresentados no tópico a seguir.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender o comportamento dos dados e o grau de variação entre os produtores, conforme a Tabela 1, foram calculadas medidas estatísticas descritivas, como média, valor mínimo, valor máximo e desvio padrão.

Tabela 1 - Plantel de animais

Espécie	Média	Mínimo	Máximo	Desvio padrão	Total de animais
Bovinos	40,14	0	192	42,27	4.737
Suínos	2,20	0	34	5,59	260
Ovinos	1,47	0	62	6,62	174
Aves (Galinhas)	15,19	0	100	20,64	1.793
Equinos	0,53	0	10	1,36	63

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A Tabela 1 apresenta os resultados descritivos do plantel de animais, com base na quantidade de animais certificados por espécie, considerando os 118 produtores participantes do estudo. Os dados revelam importantes variações entre as espécies quanto ao número médio de animais certificados por propriedade rural, bem como sua dispersão estatística.

A espécie com maior média de certificação é a dos bovinos, com média de 40,14 animais por produtor, chegando a um máximo de 192, informação que coaduna com a pesquisa de Dettmer e Silva (2015), que descreve as atividades ligadas à bovinocultura como predominantes no assentamento. Essa categoria também apresenta o maior desvio padrão (42,27), o que indica grande variabilidade na quantidade do plantel entre os produtores, com rebanhos significativamente maiores que a média. Em contrapartida, algumas propriedades rurais não possuíam bovinos certificados, conforme indicado pelo valor mínimo igual a zero.

As aves (galinhas) aparecem em segundo lugar, com média de 15,19 animais certificados e um desvio padrão de 20,64, também demonstrando dispersão entre os produtores da amostra. Os suínos e ovinos apresentaram médias bastante reduzidas (2,20 e 1,47, respectivamente), acompanhadas por desvios-padrão menores em relação aos bovinos e aves (5,59 e 6,62, respectivamente), o que também evidencia concentração de animais certificados em poucas propriedades.

Por fim, os equinos registraram a menor média entre todas as espécies (0,53), com valor máximo de apenas 10 animais certificados e um desvio padrão de 1,36, sugerindo menor participação dessa espécie nas certificações ambientais analisadas. Conforme Silva (2019), medidas estatísticas como média, desvio padrão, valores

mínimos e máximos são essenciais para identificar padrões e variações em conjuntos de dados, permitindo uma análise mais precisa dos fenômenos observados, como no caso do manejo e certificação dos animais em propriedades rurais.

Esses resultados indicam que, embora a certificação esteja presente em diferentes espécies, há uma forte concentração em bovinos, ao passo que as demais espécies apresentam distribuição menos homogênea no ambiente observado. Tal distribuição pode refletir aspectos relacionados ao contexto estrutural das propriedades rurais, escolhas da atividade produtiva ou limitações relacionadas ao processo de certificação animal nas diferentes criações. A pesquisa de Kruger et al. (2018) e Kruger et al. (2020) evidencia que os produtores rurais investem em diversificação de atividades como forma de melhorar a rentabilidade das propriedades rurais.

Quanto aos aspectos econômico-financeiros, observaram-se, a partir das declarações, as informações: o valor econômico direto gerado (receita total), o valor econômico distribuído ao governo (pagamentos de tributos e taxas) e o valor econômico distribuído internamente (custos operacionais das propriedades). Esses indicadores refletem a capacidade das unidades produtivas de gerar recursos, atender às exigências fiscais e suprir financeiramente suas atividades. Galvão *et al.* (2019) destacam que mensurar os gastos e determinar os valores de venda dos itens produzidos são fatores essenciais para identificar o resultado das atividades econômicas desenvolvidas. Além disso, há um alinhamento com o estudo de Zambon e Bee (2016) onde o gerenciamento de custo torna-se peça primordial para realizar as análises de investimento e proporcionar uma adequada administração das organizações rurais no contexto do agronegócio.

Para compreender o comportamento dos dados e o grau de variação entre os produtores, conforme a Tabela 2, foram calculadas medidas estatísticas descritivas, como as receitas brutas e líquidas médias, o valor mínimo, o valor máximo, bem como os custos operacionais, o resultado anual e mensal das atividades.

Conforme apresenta a Tabela 2, a receita média com vendas foi de R\$ 49.200,88 por produtor, com valores variando entre R\$ 0,00 e R\$ 661.715,24. Essa grande amplitude revela disparidades significativas entre os produtores, indicando que alguns apresentam elevado desempenho comercial, enquanto outros podem estar em situação de baixa produtividade ou ainda em processo de descontinuidade ou não realizaram a formalização de suas vendas.

Tabela 2 - Indicadores Econômicos

Descrição de pagamento	Média R\$	Mínimo R\$	Máximo R\$	Total R\$
Receita bruta com vendas	49.200,88	0,00	661.715,24	5.805.704,23
(-) Deduções/impostos	777,79	0,00	14.994,67	91.779,30
(-) Receita líquida de vendas	48.443,09	0,00	646.420,57	5.713.924,93
(-) Custos operacionais	26.228,56	0,00	574.833,89	3.094.970,52
(=) Resultado operacional	22.194,52	0,00	211.807,30	2.618.954,41
(=) Média mensal	1.849,54	0,00	17.650,61	-

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os custos operacionais médios por propriedade somaram R\$ 26.228,56, com valores mínimos de R\$ 0,00 e máximos que atingem R\$ 574.833,89. Assim como observado na receita, os custos também variam amplamente, o que pode estar associado a diferenças de escala produtiva, grau de tecnificação ou tipo de atividade predominante em cada unidade rural.

Os pagamentos ao governo (deduções da receita) apresentaram média de R\$ 777,79, oscilando entre R\$ 0,00 e R\$ 14.994,67. A presença de valores nulos pode indicar informalidade ou descontinuidade de algumas propriedades ou produtores, que não tiveram registros de atividade econômica, enquanto os valores mais elevados estão relacionados a maiores volumes de comercialização das atividades.

Com base nos dados obtidos junto aos produtores, constatou-se que o valor total de receitas provenientes de atividades agropecuárias (incluindo vendas de animais, leite e produtos agrícolas) foi de R\$ 5.805.704,23. Os custos operacionais, compostos pela compra de animais, ração, sal mineral, medicamentos veterinários, lascas para cerca, sementes e fertilizantes, somaram R\$ 3.094.970,52. Já os pagamentos ao governo, que englobam tributos como SENAR, Funrural, Fundersul e taxas da IAGRO, totalizaram R\$ 91.779,30. A coleta de dados foi baseada nas notas fiscais e nos impostos pagos referentes ao ano-calendário 2024.

De modo geral, os dados demonstram que há significativa heterogeneidade entre os produtores no que diz respeito ao desempenho econômico-financeiro. Esse resultado corrobora com o estudo de Réquia *et al.* (2023), que evidencia as especificidades do meio rural na estruturação dos custos. Essa análise é essencial para compreender a dinâmica econômica local e subsidiar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, especialmente de pequenos produtores rurais.

Ainda, observaram-se os dados relacionados à receita gerada com as vendas, os custos operacionais, os encargos pagos ao governo e, por fim, o resultado líquido da atividade. Essa etapa do estudo visa compreender a capacidade econômica dos produtores rurais no contexto analisado, relacionando sua renda média com os ativos

produtivos que mantêm, como o rebanho de animais, e evidenciando aspectos relevantes para a continuidade produtiva no meio rural. A pesquisa de Kruger et al. (2020) evidencia que muitos produtores rurais não se utilizam de controles formais ou fazem anotações manuais como forma de controle das atividades.

Ademais, a Tabela 2 apresenta o aspecto social da renda obtida pelos produtores rurais da amostra. Observou-se que eles não possuem mão de obra de terceiros e atuam apenas com mão de obra familiar. Os principais dados econômicos obtidos na análise indicam que, ao dividir o montante pelo número total de produtores da amostra, obtém-se uma média anual de R\$ 22.194,52 por produtor. Distribuindo essa média ao longo dos 12 meses do ano, obtém-se um rendimento mensal aproximado de R\$ 1.849,54, valor semelhante ao salário-mínimo vigente à data da coleta da pesquisa (junho de 2025). Embora esse resultado seja pequeno e represente uma fragilidade para a subsistência e satisfação das famílias, ele também pode contribuir para a permanência delas no meio rural.

No entanto, é importante ressaltar que, além dessa renda mensal, os produtores mantêm um rebanho médio (conforme apresentado na Tabela 1) composto por 40 bovinos, 2 suínos, 1 ovino e 15 aves (galinhas) que, na prática, funciona como um estoque produtivo. Esses animais representam não apenas uma reserva de valor, mas também uma importante fonte de segurança alimentar e possibilidade de geração futura de receita, seja por meio da comercialização ou do autoconsumo.

Nesse sentido, os resultados corroboram os estudos de Zanin *et al.* (2023) e Kruger *et al.* (2021), destacando a importância da gestão da produção rural, no intuito de assegurar melhores práticas de gestão dos recursos ambientais, além do resultado econômico para a subsistência das famílias que vivem no meio rural. Embora haja relevância econômica e importância para a segurança alimentar, os pequenos empreendimentos rurais lidam com dificuldades de acesso a crédito, tecnologia e assistência técnica (Lopes *et al.*, 2025). Zuin e Zuin (2008) destacam a importância da valorização da produção de alimentos no contexto dos ambientes locais/regionais, como forma de subsistência e de assegurar valores regionais. Bem como, conforme destacado por Kruger et al. (2018) e Kruger et al. (2020) o rendimento ou desempenho financeiro das atividades rurais é fator relevante para a satisfação e permanência das famílias no meio rural.

O Quadro 1 apresenta os indicadores observados para identificar aspectos de sustentabilidade das entidades rurais da amostra e sua relação com os ODS.

Quadro 1 - Indicadores de Sustentabilidade

Dimensões	Indicadores	ODS
Ambiental	Volume de produção de unidades da organização certificadas por terceiros com normas de saúde e bem-estar animal	15
Econômico-financeira	Valor econômico distribuído: pagamentos ao governo	8
	Valor econômico direto gerado: receita bruta e líquida	
	Valor econômico distribuído: custos operacionais	
	Valor econômico dos gestores rurais: resultado	2
Social	Geração de empregos e renda (Agricultura familiar)	2
	Renda dos pequenos produtores de alimentos	

Fonte: Elaborado pelos autores (2025).

Os indicadores de sustentabilidade utilizados neste estudo foram organizados pelas dimensões de natureza ambiental, econômico-financeira e social, com a devida correspondência aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme a Agenda 2030 (ONU, 2015). No aspecto ambiental, destaca-se o percentual de unidades produtivas certificadas quanto à saúde e bem-estar animal, vinculado ao ODS 15, que trata da proteção dos ecossistemas terrestres. Na dimensão econômico-financeira, os indicadores relacionados à receita gerada, aos pagamentos ao governo e aos custos operacionais refletem práticas empresariais alinhadas ao ODS 8, voltado ao crescimento econômico e ao trabalho decente.

Na dimensão social, observa-se a geração de resultados (renda familiar) e de empregos originados pela atividade rural desenvolvida. Assim, a análise está alinhada com os objetivos do ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável. Esses indicadores evidenciam a integração de princípios sustentáveis nas práticas organizacionais, promovendo coerência entre desempenho econômico e responsabilidade socioambiental.

Esse cenário revela que, embora a renda monetária seja modesta, os produtores dispõem de recursos produtivos que agregam valor ao seu modo de vida e à sustentabilidade das propriedades rurais. Ainda assim, é possível perceber uma necessidade de políticas públicas para promover e fortalecer a produção, por meio de acesso facilitado a mercados e a valorização dos ativos ampliando a rentabilidade e a estabilidade econômico-financeira das famílias que atuam no meio rural, além de incentivar a permanência destas famílias em assentamentos da reforma agrária. Nesse sentido, Oliveira e Queiroz (2025), reforçam que no Brasil a sustentabilidade do sistema de produção alimentar e a força econômica-social dependem, substancialmente, do desempenho da agricultura de base familiar, e a promoção de políticas públicas tendem a fortalecer esse cenário, promovendo melhores condições de vida e renda para as famílias rurais.

Os resultados de forma geral, corroboram com a pesquisa de Teixeira et al. (2015), evidenciando a relevância da agricultura familiar como mecanismo para impulsionar a economia de diversas cidades brasileiras, auxiliando na diminuição das disparidades sociais. Neste sentido, destaca-se a representatividade econômica da geração de renda e empregos das famílias do Projeto de Assentamento Teijin, tendo em vista o volume de receita, o resultado econômico e renda gerada no conjunto das 118 famílias observadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo identificar o desempenho econômico de propriedades rurais do Projeto de Assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina – MS. A análise abrangeu dados do desempenho econômico de 118 produtores rurais, considerando a estrutura de receitas, custos, pagamentos ao governo e o resultado econômico gerado.

Os resultados obtidos demonstram significativa variação entre os produtores, tanto na certificação dos rebanhos quanto no desempenho econômico-financeiro. Observou-se a concentração de certificações em bovinos, evidenciando a predominância da atividade leiteira como a principal atividade produtiva do assentamento, ao passo que espécies como suínos, ovinos e aves apresentaram menor representatividade produtiva e econômica.

Sob a análise do aspecto econômico, os dados revelaram diferenças entre os produtores. Enquanto algumas propriedades rurais apresentam informações organizadas, por meio da receita auferida no período e capacidade produtiva, com receitas elevadas e estrutura consolidada, outras apresentam baixos rendimentos e possivelmente dificuldades para se manter. Essa realidade demonstra que muitos produtores ainda carecem de apoio e suporte gerencial para melhorar a gestão e o desempenho econômico-financeiro de suas atividades.

Diante disso, torna-se evidente a importância de políticas públicas mais sensíveis à realidade local, que valorizem a agricultura familiar, incentivem a formalização e contribuam para reduzir as desigualdades entre os produtores do assentamento. O avanço nessa área, no entanto, depende não apenas dos controles e informações utilizados, mas também do envolvimento ativo dos produtores, do apoio técnico institucional contínuo e da continuidade de programas que incentivem a adoção de controles gerenciais e de práticas sustentáveis em toda a cadeia produtiva.

A análise evidencia que o desempenho econômico das propriedades rurais apresenta fragilidades, devido à ausência de controles gerenciais e meios adequados de planejamento, e diante disso, carece de maior apoio para auxiliar os gestores na implementação de estratégias de gestão, visando melhorar a renda gerada, pois,

conforme Souza e Madalon (2025), entende-se como fundamental estimular a adoção de ferramentas contábeis e gerenciais que auxiliem o produtor na gestão de sua propriedade, favorecendo o desenvolvimento rural sustentável. A adoção de práticas alinhadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os ODS 2, 8 e 15, mostra-se essencial para consolidar um modelo de produção rural que equilibre rentabilidade econômica e responsabilidade socioambiental.

O estudo apresenta como limitação a abrangência geográfica pesquisada: embora a amostra seja estatisticamente significativa, os resultados são específicos ao ambiente analisado e não permitem generalização. Além disso, o contexto das pequenas propriedades rurais é limitado em alguns casos a carência de dados sobre custos de produção. Desse modo, sugere-se que estudos futuros analisem o contexto regional ou estadual, bem como o uso de indicadores que envolvam aspectos mais amplos da atividade rural, como a viabilidade de investimentos, tempo de retorno destes e aspectos de sustentabilidade relacionados a conservação do solo, o uso da água, o acesso à assistência técnica e sucessão familiar rural. A ampliação do estudo para outros projetos de assentamento também poderia contribuir para diagnósticos comparativos e para políticas públicas mais eficazes.

REFERÊNCIAS

ASSIS NETO, A. G.; ROBLES JÚNIOR, A. Management of a small rural property in the city of Guaxupé, in the State of Minas Gerais, based on direct costing. **Custos e @gronegocio on line**, v. 15, n. 4, p. 269-297, 2019.

ASSIS, B. H.; DUARTE, E. M.; GONÇALVES, G. M. B.; JULIO, L. A.; GONÇALVES, L. F.; PEREIRA, L. G. O.; SILVA, V. C. C. A Importância da Contabilidade e do Direito no Agronegócio. **Revista Projetos Extensionistas**, 1(1), 195-208, 2021.

CARDOSO, A. D. S.; BARBERO, R. P.; ROMANZINI, E. P.; TEOBALDO, R. W.; ONGARATTO, F.; FERNANDES, M. H. M. D. R.; REIS, R. A. Intensification: A key strategy to achieve great animal and environmental beef cattle production sustainability in Brachiaria grasslands. **Sustainability**, v. 12, n. 16, p. 6656, 2020. <https://doi.org/10.3390/su12166656>

DETTMER, C. A.; SILVA, N. L. S. Agricultura familiar – estudo de caso no Assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS. **Revista Nera**, n. 29, p. 133-150, 2016.

DI DOMENICO, D.; KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S.; ZANIN, A.; LUDWIG, M. B. Índice de sustentabilidade ambiental na produção leiteira. Race: **Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 16, n. 1, p. 261-282, 2017.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Objetivos do desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2018. Disponível em: <https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 6 mar. 2025.

FOGUESATTO, C. R.; MORES, G. V.; KRUGER, S. D.; COSTA. Will I have a potential successor? Factors influencing family farming succession in Brazil. **Land Use Policy**, v. 97, p. 104643, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2020.104643>

GALVÃO, G.; MATOS, S. N.; GUEIBER, E. Precificação no Agronegócio: Um mapeamento sistemático. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 8, n. 1, p. 123-142, 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERRERO, M.; THORNTON, P. K.; MASON-D'CROZ, D.; PALMER, J.; BODIRSKY, B. L.; PRADHAN, P.; ROCKSTRÖM, J. (2021). Articulating the effect of food systems innovation on the Sustainable Development Goals. **The Lancet Planetary Health**, v. 5, n. 1, p. e50-e62, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do espaço rural brasileiro**. Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

KRUGER, S. D.; CECCHIN, R.; MORES, G. V. A importância da contabilidade para a gestão e continuidade das propriedades rurais. **Custos e @gronegócio on line**, v. 16, n. 1, p. 276-295, 2020.

KRUGER, S. D.; LINK, C. P. Análise de práticas de sustentabilidade em granjas suínolas. **Revista Gestão Organizacional**, v. 16, n. 3, p. 161-179, 2023.

KRUGER, S. D.; SILVA, M. A. L.; MORES, G. V.; PETRI, S. M. Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, v. 25, n. 4, p. 57-70, 2018. <https://doi.org/10.5902/2318179630576>

KRUGER, S. D.; WIEST, E. S.; DALLA PORTA, C.; ZANELLA, C. Avaliação da sustentabilidade da produção suínola. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 19, n. 3, p. 1-22, 2021.

LIZOT, M.; ANDRADE JÚNIOR, P. D.; LIMA, J. D.; MAGACHO, C. S. Application of a model of management of costs for decision making in family agribusiness. **Custos e @gronegócio on line**, v. 14, ed. especial, p. 290-313, 2018.

LIZOT, M.; TROJAN, F.; AFONSO, P. Combining total cost of ownership and multi-criteria decision analysis to improve cost management in family farming. **Agriculture**, v. 11, n. 2, p. 139, 2021. <https://doi.org/10.3390/agriculture11020139>

LOPES, M. A. M.; ROSINI, A. M.; PEDRINHO, D. R.; PALMISANO, A. Programas sociais: incentivo aos pequenos produtores rurais brasileiros. **Revista Inovação Tecnológica - RIT**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-75, jan./jun. 2025.

LOPES, M. L. G.; COSTA, B. M. D. N. Cost Management in Small Rural Properties: a Study Tailored to Livestock Activity in a Family System. **Pensar Contábil**, v. 26, n. 89, 2024.

MATO GROSSO DO SUL. IAGRO. Portaria IAGRO/MS nº 3.753, de 28 de abril de 2025. Campo Grande, MS, 2025. Disponível em: <https://www.iagro.ms.gov.br/wp-content/uploads/2025/07/Portaria-iagro-MS-no-3753-cadastramento-e-recadastramento-anual-de-propriedades-produtoras-de-animais-aquaticos.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2025.

MATO GROSSO DO SUL. SEMADESC. **Novo sistema de cadastramento para o Programa Precoce MS já está em vigor**. Campo Grande, MS, 17 abr. 2024. Disponível em: <https://www.ms.gov.br/noticias/novo-sistema-de-cadastramento-para-o-programa-precoce-ms-ja-esta-em-vigor>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MOREIRA, A. C. S. S.; MELO, J. F. M.; CARVALHO, J. R. M. Cost management in a rural property greenery branch. **Custos e @gronegócio on line**, 12(2), 298-332, 2016.

MOREIRA, F. G. As trajetórias de luta pela terra no assentamento Teijin do município de Nova Andradina/MS. **Revista Nera**, n. 61, p. 187-209, 2021. <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i61.9101>.

OBSERVATÓRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Mapa do Projeto de Assentamento Teijin**. Nova Andradina, MS: UFMS/CPNA, 2026. Disponível em: <https://cpna.ufms.br/observatorio-da-agricultura-familiar/mapas/>. Acesso em: 5 jul. 2026.

OLIVEIRA, D. M. C.; QUEIROZ, D. S. Agricultura familiar e sustentabilidade multidimensional: Evidências para a Agenda 2030. **Revista InterAgro**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Resolução A/RES/70/1, de 25 de setembro de 2015. Disponível em: <https://www.agenda2030.com.br>. Acesso em: 8 maio 2025.

PEDROSA, L. M.; HOSHIDE, A. K.; ABREU, D. C.; MOLOSSI, L.; COUTO, E. G. Financial transition and costs of sustainable agricultural intensification practices on a beef cattle and crop farm in Brazil's Amazon. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 36, n. 1, p. 26-37, 2021. <https://doi.org/10.1017/S1742170519000413>

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA (PMNA). **A cidade: história**. Nova Andradina, MS, 2025. Disponível em: <https://www.pmna.ms.gov.br/paginas/a-cidade/a-cidade>. Acessado em: 6 maio 2025.

QUEIROZ, A.; ESPEJO, M.; MALTA, M.; MENDIETA, F.; BUENO, L. Performance econômica e financeira dos agricultores familiares: reflexões sobre a criação de indicadores quantitativos. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 8, p. e4109-e4109, 2024.

QUESADO, P. R.; SILVA, M. R.; RUA, S. C. The financial accounting and the cost management in the agricultural activity. **Custos e @gronegócio on line**, v. 14, n. 4, p. 241-258, 2018.

RÉQUIA, R. C.; HOLLVEG, S. D. S.; ZONATTO, P. A. F. Desafios na gestão de custos e formação de preços em propriedades rurais: um estudo de caso na pecuária. **Revista Gestão em Foco** - Edição nº, 2023.

SILVA, T. J.; OLIVEIRA FILHO, E.; NAVAS, R.; OLIVEIRA, V. C. D.; SOARES, E. C. Agricultura familiar no Baixo São Francisco: estudo de caso em comunidades rurais ribeirinhas em Alagoas. In: **Agrotropica** v. 34 n. 3 p. 217-224, 2022. 2022. <https://doi.org/10.21757/0103-3816.2022v34n3p217-224>

SOUZA, E. M. R.; MADALON, F. Z. Gestão e contabilidade: uma abordagem por meio de indicadores econômico-financeiros para a agricultura familiar. **Revista Científica Intellecto**, v. 10, 2025.

TEIXEIRA, I. L.; SILVEIRA, V. C.; EDUARDO, A. S.; LIMA, F. É. D. J. O valor da gestão de custos para o agricultor familiar na produção de soja. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 874-892, 2025.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; FERREIRA, Z. R. (org.). **Agricultura brasileira: da porteira para dentro e de fora para o mundo**. Rio de Janeiro: Ipea; Brasília: Cepal, 2025. 379 p.

WOISKI, L.; KULAK, C.; MOROZINI, J. F. Impacts of cost control on a small rural property. **Custos e @gronegocio on line**, v. 18, n. 4, p. 262-280, 2022.

ZAMBON, E. P.; BEE, D. Cost management in agribusiness: The use of Activity Based Cost (ABC) in a small rural property. **Custos e @gronegocio on line**, v. 12, n. 3, p. 137-152, 2016.

ZANIN, A.; OENNING, V.; TRES, N.; KRUGER, S. D.; GUBIANI, C. A. Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 13, n. 40, p. 9-19, 2014. <https://doi.org/10.16930/2237-7662/rccc.v13n40p9-19>

ZANIN, A.; CAMARGO, A.; KRUGER, S. D. Assessment of the sustainability of the swine supply chain. **Revista de Administração da UFSM**, v. 16, n. spe1, p. e4, 2023. <https://doi.org/10.5902/1983465974172>

ZUIN, L. F. S.; ZUIN, P. B. Produção de alimentos tradicionais contribuindo para o desenvolvimento local/regional e dos pequenos produtores rurais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, 109-127, 2008.

NOTAS

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DA PRINCIPAL AUTORIA

Avenida Rosilene Lima Oliveira, n.º 64, Bairro Universitário. CEP 79752-254, Nova Andradina –Mato Grosso do Sul - MS

AGRADECIMENTOS

Não se Aplica

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Conceitualização: A. Barros Junior, A.; S. D. Kruger, S. D.; L. L. B. Farias; F. E. J. F. Lima.

Coleta de dados: A. Barros Junior, A.; S. D. Kruger, S. D.

Análise de dados: A.; S. D. Kruger, S. D.; L. L. B. Farias; F. E. J. F. Lima; V. C. Silveira

Discussão dos resultados: A. Barros Junior, A.; S. D. Kruger, S. D.; F. E. J. F. Lima; V. C. Silveira.

Metodologia: A. Barros Junior, A.; S. D. Kruger

Redação: A. Barros Junior, A.; S. D. Kruger, S. D.; L. L. B. Farias; F. E. J. F. Lima. V. C. Silveira.

Captação de Recursos: A. Barros Junior; S. D. Kruger,

Revisão e aprovação: S. D. Kruger, S. D.; L. L. B. Farias; F. E. J. F. Lima.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes) – Código de Financiamento 001”. Programa Mulheres na Ciência UFMS.

CONFLITO DE INTERESSES

Declaramos não existir conflitos de interesse.

USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

As autorias cedem à Revista IJIE- Iberoamerican Journal of Industrial Engineering os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença [Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Essa licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. As autorias têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade das pessoas autoras, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Profa. Dra. Viviane Vasconcellos Ferreira Grubisic

HISTÓRICO

Recebido em: 10-08-2026

Aprovado em: 31-08-2026